



SIMULADO FINAL

ALE RR

Técnico Legislativo
Assistente Legislativo - Pós-Edital

Caderno de Prova

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso **ALE-RR**, cargo de **Técnico Legislativo - Assistente Legislativo**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - A participação no ranking classificatório só será permitida até o horário de liberação do gabarito;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/4QHEv5R8pEZYdLYp7>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) | 65 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) | 66 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) | 67 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) | 68 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) | 69 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) | 70 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) | 71 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) | 72 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) | 73 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) | 74 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) | 75 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) | 76 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 61 - (A)(B)(C)(D)(E) | 77 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 62 - (A)(B)(C)(D)(E) | 78 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 63 - (A)(B)(C)(D)(E) | 79 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 64 - (A)(B)(C)(D)(E) | 80 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://bit.ly/4vnmptq>

CONHECIMENTOS GERAIS**LÍNGUA PORTUGUESA***Patrícia Manzato***Texto 01**

No contexto da sociedade contemporânea, Pondé faz uma análise crítica da forma como o pensamento humano tem se desenvolvido ao longo do tempo, classificando a sociedade atual como "ridícula". Ele argumenta que, embora a vida tenha se tornado mais fácil em muitos aspectos, as pessoas pensam menos do que nas décadas ou séculos passados.

Segundo Pondé, o mundo moderno automatizou o pensamento, fazendo com que os indivíduos se afastassem de uma reflexão mais profunda sobre as questões da vida. Historicamente, as pessoas sempre tiveram um pensamento superficial, uma vez que as necessidades da vida exigiam ações imediatas. As condições de vida mais duras de outras épocas forçaram uma reflexão prática e urgente. No entanto, com a modernização e as facilidades da vida, surgiram novos dilemas.

Pondé utiliza a metáfora da "metafísica do banheiro" para ilustrar o quanto as pessoas, em tempos de conforto, se dedicam a discussões triviais, enquanto questões mais profundas continuam sendo negligenciadas. Ele ressalta que se o esgoto não fosse uma realidade, ninguém se preocuparia com a filosofia que o envolve. A proposta central de Pondé é a de "pensar com a própria cabeça".

Esse pensamento crítico, segundo ele, não está restrito a um filósofo profissional, mas deve ser acessível a todos. O autor defende que, ao se apropriar de certos repertórios filosóficos da tradição, as pessoas podem começar a questionar os valores impostos pela sociedade. Pondé incentiva os indivíduos a terem coragem para questionar não só o que os outros esperam deles, mas também a validade de conceitos modernos como o "pensar fora da caixa" e o "capitalismo consciente", que muitas vezes são discursos vazios, disfarçados de soluções para problemas profundos.

Esse tipo de reflexão exige coragem. A proposta de Pondé é que, ao se apropriar de repertórios filosóficos, qualquer pessoa pode ser capaz de romper com o desejo de conforto e tranquilidade que a sociedade busca impor.

O filósofo sugere que, ao adotar esse tipo de pensamento, podemos nos libertar das normas estabelecidas e questionar de forma mais autêntica a realidade ao nosso redor.

Portanto, pensar com a própria cabeça, conforme Pondé, não é apenas um exercício intelectual, mas um ato de coragem. É um convite para refletir criticamente sobre as ideias que nos são oferecidas e sobre os valores que governam nossas vidas, buscando um entendimento mais profundo e autêntico da sociedade. Em um mundo cada vez mais automatizado, onde o pensamento se torna mecânico e conformista, Pondé nos lembra da importância de questionar, refletir e, acima de tudo, pensar por nós mesmos.

Fonte: <https://provocacoesfilosoficas.com/pense-com-a-propria-cabeca-por-felipe-ponde/>

1. "No contexto da sociedade contemporânea, Pondé faz uma análise crítica da forma como o pensamento humano tem se desenvolvido ao longo do tempo, classificando a sociedade atual como 'ridícula'."

Assinale a alternativa que melhor expressa a tese central defendida por Pondé ao longo do texto:

- a) A sociedade contemporânea é ridícula porque as pessoas não têm acesso a recursos tecnológicos suficientes para facilitar suas vidas.
- b) Embora a vida moderna tenha se tornado mais fácil materialmente, o pensamento humano se automatizou, afastando-se da reflexão profunda, o que exige um retorno ao pensamento crítico autêntico.
- c) O pensamento humano sempre foi superficial, e a modernização apenas intensificou essa característica natural da humanidade.
- d) A metafísica do banheiro é a solução para que as pessoas retomem a reflexão profunda sobre questões existenciais.
- e) O filósofo Pondé defende que apenas profissionais da filosofia são capazes de questionar os valores impostos pela sociedade.

2. *"Historicamente, as pessoas sempre tiveram um pensamento superficial, uma vez que as necessidades da vida exigiam ações imediatas. As condições de vida mais duras de outras épocas forçaram uma reflexão prática e urgente. No entanto, com a modernização e as facilidades da vida, surgiram novos dilemas."*

A relação lógico-argumentativa estabelecida entre o primeiro período e o período introduzido por "No entanto" é:

- a) De causa e consequência, indicando que a superficialidade do pensamento histórico causou diretamente a modernização.
- b) De contraste, mostrando que, apesar da superficialidade histórica ser justificada pelas necessidades urgentes, a modernização criou uma situação paradoxal em que a facilidade não eliminou os problemas profundos.
- c) De exemplificação, demonstrando que os dilemas modernos são idênticos aos dilemas das épocas passadas.
- d) De conclusão, afirmando que a reflexão prática e urgente das épocas passadas é superior à reflexão moderna.
- e) De comparação simples, apenas listando características diferentes de dois períodos históricos sem estabelecer uma relação argumentativa.

3. *"Pondé utiliza a metáfora da 'metafísica do banheiro' para ilustrar o quanto as pessoas, em tempos de conforto, se dedicam a discussões triviais, enquanto questões mais profundas continuam sendo negligenciadas."*

No contexto do texto, a expressão "metafísica do banheiro" funciona como:

- a) Uma crítica direta ao sistema de esgoto moderno e à falta de higiene nas sociedades contemporâneas.
- b) Uma paráfrase de conceitos filosóficos clássicos que Pondé considera obsoletos para a análise da sociedade moderna.

c) Uma metáfora que representa a trivialização de questões existenciais profundas, transformando-as em preocupações banais e cotidianas.

d) Uma referência histórica a um movimento filosófico específico do século XIX que Pondé busca resgatar.

e) Uma ironia para defender que as pessoas devem se preocupar mais com questões práticas do que com reflexões abstratas.

4. *"A proposta central de Pondé é a de 'pensar com a própria cabeça'. Esse pensamento crítico, segundo ele, não está restrito a um filósofo profissional, mas deve ser acessível a todos."*

Assinale a alternativa que melhor parafraseia o sentido do segmento "não está restrito a um filósofo profissional, mas deve ser acessível a todos":

- a) O pensamento crítico é uma habilidade que apenas filósofos profissionais possuem naturalmente, embora Pondé deseje que outras pessoas também o desenvolvam.
- b) Embora filósofos profissionais tenham maior capacidade de pensamento crítico, qualquer pessoa, independentemente de sua formação, pode e deve exercer essa capacidade.
- c) O pensamento crítico é uma característica exclusiva de filósofos profissionais, e Pondé propõe que seja ensinado nas escolas para que todos aprendam.
- d) Pondé acredita que filósofos profissionais não têm o monopólio do pensamento crítico, e que qualquer pessoa pode desenvolvê-lo e praticá-lo.
- e) O pensamento crítico deve ser restrito a um grupo seleto de pessoas que tenham formação acadêmica em filosofia.

5. "Pondé incentiva os indivíduos a terem coragem para questionar não só o que os outros esperam deles, mas também a validade de conceitos modernos como o 'pensar fora da caixa' e o 'capitalismo consciente', que muitas vezes são discursos vazios, disfarçados de soluções para problemas profundos."

A palavra "que" no segmento "que muitas vezes são discursos vazios" funciona como:

- Pronome relativo, retomando o antecedente "conceitos modernos" e introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- Pronome relativo, retomando o antecedente "conceitos modernos" e introduzindo uma oração subordinada adjetiva explicativa.
- Pronome relativo, retomando especificamente os conceitos "pensar fora da caixa" e "capitalismo consciente" e introduzindo uma oração subordinada adjetiva restritiva.
- Conjunção integrante, introduzindo uma oração subordinada substantiva que funciona como complemento nominal de "validade".
- Pronome interrogativo, questionando a natureza dos conceitos modernos mencionados.

6. "Portanto, pensar com a própria cabeça, conforme Pondé, não é apenas um exercício intelectual, mas um ato de coragem."

A estrutura "não é apenas... mas" estabelece uma relação semântica de:

- Negação simples, indicando que pensar com a própria cabeça não é um exercício intelectual.
- Exclusão e inclusão, negando uma caracterização parcial (exercício intelectual) e afirmando uma caracterização mais ampla e profunda (ato de coragem).
- Contradição, mostrando que exercício intelectual e ato de coragem são conceitos mutuamente excludentes.
- Comparação, estabelecendo uma hierarquia entre exercício intelectual e ato de coragem.

e) Concessão, admitindo que pensar com a própria cabeça é um exercício intelectual, apesar de ser também um ato de coragem.

7. "Em um mundo cada vez mais automatizado, onde o pensamento se torna mecânico e conformista, Pondé nos lembra da importância de questionar, refletir e, acima de tudo, pensar por nós mesmos."

A vírgula após "e" é obrigatória porque:

- Separa orações coordenadas de natureza diferente (uma subordinada e outra principal).
- Marca a enumeração de ações paralelas (questionar, refletir, pensar) e, especificamente antes de "e, acima de tudo", introduz uma expressão que altera a sequência lógica da enumeração.
- Indica uma pausa enfática que separa uma locução de intensidade na oração.
- Separa um adjunto adverbial deslocado do restante da oração.
- Marca a transição entre duas orações subordinadas adjetivas.

8. "Ele argumenta que, embora a vida tenha se tornado mais fácil em muitos aspectos, as pessoas pensam menos do que nas décadas ou séculos passados."

A correlação entre os tempos verbais "tenha se tornado" (pretérito perfeito do subjuntivo) e "pensam" (presente do indicativo) é:

- Inadequada, pois o subjuntivo deveria ser substituído pelo indicativo para manter a coerência temporal.
- Inadequada, pois o presente do indicativo deveria ser substituído pelo pretérito imperfeito para estabelecer uma correlação temporal correta.
- Inadequada, pois faltaria um conectivo que estabelecesse a relação entre as duas orações.
- Adequada, pois o subjuntivo marca a concessão (embora) e o presente do indicativo marca a consequência atual dessa concessão.
- Adequada, pois ambos os tempos marcam ações simultâneas no passado, estabelecendo uma correlação de anterioridade.

Texto 02

Herculano Marcos Inglês de Sousa (1853-1918), José Veríssimo Dias de Matos (1857-1916) e João Marques de Carvalho (1866-1910) foram os únicos escritores nascidos na província do Pará durante o século XIX que receberam algum relevo nas histórias literárias canônicas, sendo todos vinculados ao movimento naturalista. No entanto, ao contrário de Inglês de Sousa e José Veríssimo, que saíram da região amazônica para obter projeção no campo literário em outras partes do território nacional, sobretudo no Rio de Janeiro, capital do país na época, Marques de Carvalho se distinguiu dos seus conterrâneos por ter tentado construir uma carreira de jornalista e escritor na cidade de Belém do Pará. Marques de Carvalho foi um escritor relacionado à escola naturalista pelas histórias literárias tradicionais, nas quais o autor paraense emerge sempre em meio a outros representantes “menores” do Naturalismo no Brasil. A presença do autor paraense nesses manuais deve-se a um “fenômeno literário” ocorrido em 1888, ano da publicação de *O homem*, de Aluísio de Azevedo, *O cromo*, de Horário de Carvalho, e *da Hortêncina*, de Marques de Carvalho: todos esses romances foram supostamente influenciados pelo *homem*, de Aluísio de Azevedo, lançado nos últimos meses do ano anterior.

Adaptado de <https://www2.unifap.br/editora/files/2022/06/literaturas-do-norte-vozes-e-escritas-da-amazonia.pdf>

9. De acordo com o texto, a trajetória de Marques de Carvalho diferencia-se da de Inglês de Sousa e José Veríssimo primordialmente pelo fato de que:

- a) foi o único dos três a não ser vinculado pelas histórias literárias canônicas ao movimento naturalista.
- b) obteve maior relevo nas histórias literárias tradicionais por ter permanecido vinculado à estética de Aluísio de Azevedo.
- c) buscou consolidar sua atuação profissional e literária dentro dos limites geográficos de sua região de origem.
- d) publicou sua obra principal, *Hortêncina*, em um ano de escassa produção literária no cenário nacional.

e) recusou a influência de *O homem*, de Aluísio de Azevedo, ao contrário dos demais escritores paraenses de sua época.

10. Infere-se da leitura do texto que a historiografia literária brasileira canônica:

- a) tende a marginalizar escritores que não migraram para os grandes centros urbanos do Sudeste no século XIX.
- b) considera o Naturalismo como um movimento homogêneo, sem distinção entre representantes maiores e menores.
- c) ignora a produção literária da província do Pará, exceto quando esta mimetiza perfeitamente o estilo de Júlio Ribeiro.
- d) estabelece que a qualidade de uma obra literária é diretamente proporcional ao seu sucesso de vendas na capital do país.
- e) atribui o surgimento do Naturalismo no Brasil exclusivamente ao “fenômeno literário” ocorrido no ano de 1888.

11. Assinale a alternativa em que a concordância está em conformidade com a norma-padrão. a) Devem haver, nas histórias literárias, menções a outros autores paraenses além dos três citados.

- b) Fazem mais de cem anos que Marques de Carvalho tentou consolidar sua carreira em Belém.
- c) A maioria dos romances publicados em 1888 foram influenciados pela estética naturalista de Azevedo.
- d) Seguem anexo as críticas literárias sobre a obra *Hortêncina* e o estilo de Marques de Carvalho.
- e) É necessário a saída da região amazônica para que os autores obtenham projeção nacional.

12. Assinale a alternativa que mantém a correlação correta entre tempos e modos verbais, baseando-se na lógica do texto.

- a) Se Marques de Carvalho se mudasse para o Rio de Janeiro, ele obteria a mesma projeção de seus contemporâneos.
- b) Caso os autores paraenses tivessem permanecido no Pará, não alcançarão o relevo nas histórias canônicas.
- c) Embora o Naturalismo seja uma escola tradicional, ele não influenciaria os autores se não quisessem.
- d) Quando Aluísio de Azevedo lançou *O homem*, os leitores esperariam que novas obras surgissem em 1888.
- e) Se o "fenômeno literário" não ocorresse, Marques de Carvalho não será citado nos manuais hoje.

13. Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas:

"Os críticos discutem _____ a obra de Marques de Carvalho é pouco lida. O _____ disso pode estar na falta de edições modernas. _____ de um século de sua morte, sua literatura ainda é tema de debates _____ de sua importância regional."

- a) por que – porquê – Há cerca – acerca
- b) porque – por que – A cerca – a cerca
- c) por quê – porquê – Acerca – há cerca
- d) por que – porque – Há cerca – a cerca
- e) porque – porquê – A cerca – acerca

14. Em "...Marques de Carvalho **se** distinguiu dos seus contemporâneos...", a partícula destacada classifica-se como:

- a) Partícula apassivadora.
- b) Índice de indeterminação do sujeito.
- c) Pronome reflexivo.
- d) Parte integrante do verbo.
- e) Conjunção integrante.

15. Assinale a alternativa que respeita a regência verbal da norma-padrão.

- a) Os autores paraenses preferiam o Rio de Janeiro do que Belém.
- b) A presença do autor nos manuais deve-se ao fenômeno de 1888.
- c) Marques de Carvalho aspirava o sucesso literário na sua terra.
- d) Muitos críticos esqueceram das obras de Horário de Carvalho.
- e) O sucesso de Veríssimo implicou em grandes mudanças na crítica.

16. Assinale a alternativa em que a pontuação está correta.

- a) Inglês de Sousa, e José Veríssimo, saíram da região amazônica.
- b) O Naturalismo, escola literária do século XIX, influenciou muitos outros expoentes.
- c) Em 1888 ano da abolição, foram publicados vários romances.
- d) Marques de Carvalho tentou, construir uma carreira em Belém.
- e) Aluísio de Azevedo, lançou seu livro no final do ano anterior.

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL*Rodrigo Bet*

17. Nos termos da Constituição do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta acerca dos Deputados Estaduais.

- a) Os Deputados são invioláveis apenas penalmente, por suas opiniões, palavras e votos.
- b) Desde a posse, os Deputados serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- c) Desde a expedição do diploma, os Deputados não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável.
- d) O pedido de sustação do processo deverá ser apreciado pela Assembleia Legislativa no prazo prorrogável de sessenta dias.
- e) Os Deputados são obrigados a testemunhar sobre informações recebidas em razão do exercício do mandato.

18. Nos termos da Constituição do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta sobre a emenda à Constituição Estadual.

- a) A Constituição poderá ser emendada durante a vigência de estado de defesa ou de estado de sítio.
- b) A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver, em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros da Assembleia Legislativa.
- c) A proposta de emenda será discutida e votada em turno único, sendo aprovada por maioria simples dos Deputados presentes.
- d) A emenda à Constituição será promulgada pelo Governador do Estado, com o respectivo número de ordem.
- e) A matéria constante de proposta de emenda rejeitada poderá ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

19. Com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta sobre a Comissão Parlamentar de Inquérito.

- a) A Assembleia Legislativa, a requerimento de um terço de seus membros, constituirá Comissão Parlamentar de Inquérito para apuração de fato determinado, no prazo de até 120 dias.
- b) A Comissão Parlamentar de Inquérito será criada por requerimento da maioria absoluta dos Deputados, independentemente de fato determinado.
- c) O prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito será sempre improrrogável.
- d) Durante o recesso parlamentar, os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito continuarão normalmente, sem possibilidade de suspensão.
- e) Poderão funcionar simultaneamente mais de cinco Comissões Parlamentares de Inquérito, independentemente de deliberação do Plenário.

20. Com base nas regras sobre perda do mandato de Deputado Estadual, assinale a alternativa correta.

- a) Perderá o mandato o Deputado que deixar de comparecer à quinta parte das reuniões ordinárias, ainda que esteja licenciado.
- b) A perda do mandato somente ocorrerá quando houver condenação criminal, independentemente do trânsito em julgado.
- c) O Deputado que tiver procedimento declarado incompatível com o decoro parlamentar não perderá o mandato, sofrendo apenas advertência.
- d) A suspensão dos direitos políticos não interfere no exercício do mandato parlamentar.
- e) Perderá o mandato o Deputado que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

21. Com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta sobre a Sessão Secreta.

- a) A Sessão Secreta somente poderá ser convocada por requerimento da maioria absoluta dos Deputados.
- b) A convocação de Sessão Secreta será admitida em qualquer situação, independentemente de risco à publicidade dos trabalhos.
- c) A Sessão Secreta é convocada pelo Presidente da Assembleia, de ofício ou a requerimento.
- d) Durante a Sessão Secreta, é obrigatória a permanência de todas as pessoas presentes nas galerias.
- e) Os documentos da Sessão Secreta serão sempre considerados sigilosos, sem deliberação do Plenário.

22. Com base no Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, assinale a alternativa correta sobre a urgência.

- a) A urgência dispensa todas as exigências regimentais, inclusive o quórum para deliberação.
- b) A urgência poderá ser requerida em qualquer situação, independentemente da natureza da matéria.
- c) A urgência dispensa o número de discussões e votações da proposição.
- d) A urgência poderá ser requerida quando se tratar de providência destinada a atender calamidade pública.
- e) A urgência impede que a matéria seja apreciada na mesma Sessão.

23. De acordo com a Lei Complementar nº 373, assinale a alternativa correta sobre as emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária Estadual.

- a) As emendas individuais impositivas dispensam a indicação do objeto e do valor da transferência.
- b) Os recursos repassados aos municípios por transferências especiais não se submetem à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Roraima.
- c) A aplicação dos recursos provenientes de transferências especiais deverá observar, obrigatoriamente, o investimento mínimo de 70% do valor total, por autor, em despesas de capital.
- d) A execução das programações orçamentárias decorrentes de transferências especiais independe da apresentação de plano de trabalho.
- e) As emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária Estadual ficam sujeitas apenas às regras da Constituição Federal.

24. Com base no Código de Ética Parlamentar da ALE-RR, assinale a alternativa correta sobre as sanções éticas aplicáveis ao Deputado.

- a) O Deputado que incidir em conduta incompatível com o decoro parlamentar estará sujeito apenas à advertência verbal.
- b) A censura escrita é a sanção mais grave prevista no Código de Ética Parlamentar.
- c) A suspensão do exercício do mandato não está prevista entre as sanções éticas aplicáveis ao Deputado.
- d) O Deputado que adotar conduta ofensiva à imagem da Assembleia Legislativa poderá sofrer advertência verbal, censura escrita, suspensão do exercício do mandato ou perda do mandato.
- e) A perda do mandato não constitui sanção ética, pois somente pode ocorrer por decisão judicial.

25. Com base no Código de Ética Parlamentar da ALE-RR, assinale a alternativa correta sobre a composição da Comissão de Ética Parlamentar.

- a) A Comissão de Ética Parlamentar é composta por três membros titulares e três suplentes.
- b) A Comissão de Ética Parlamentar é composta por cinco membros titulares e dois suplentes.
- c) A Comissão de Ética Parlamentar é composta por sete membros titulares, sem suplentes.
- d) A Comissão de Ética Parlamentar é composta por dois membros titulares e cinco suplentes.
- e) A Comissão de Ética Parlamentar é composta por cinco membros titulares e cinco suplentes.

26. Com base na Constituição do Estado de Roraima e no seu conteúdo apresentado, assinale a alternativa correta sobre as emendas individuais impositivas ao projeto de lei orçamentária anual.

- a) As emendas individuais impositivas somente poderão alocar recursos ao Município por transferência com finalidade definida.
- b) Os recursos transferidos aos Municípios integrarão a receita municipal para fins de repartição.
- c) As emendas individuais impositivas poderão alocar recursos a Município por meio de transferência especial ou de transferência com finalidade definida.
- d) Os recursos transferidos poderão ser utilizados livremente para pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais.
- e) A aplicação dos recursos poderá ser destinada ao pagamento de encargos referentes ao serviço da dívida.

GEOGRAFIA DE RORAIMA

Priscila Lima

27. O relevo de Roraima é resultado de uma longa evolução geológica e apresenta compartimentos distintos, que influenciam a distribuição da drenagem, da vegetação e das atividades econômicas no estado.

Com base nas características do relevo roraimense, assinale a alternativa correta.

- a) O estado apresenta planícies associadas aos principais rios, depressões amplas em parte das áreas centrais e meridionais, além de compartimentos elevados; entre estes, destacam-se o Monte Roraima e as serras do Parima e de Pacaraima, localizados nas porções setentrionais.
- b) Em Roraima ocorrem planícies fluviais, depressões e áreas elevadas, sendo o Monte Roraima uma formação isolada na região central do estado, enquanto as serras do Parima e de Pacaraima acompanham predominantemente o médio curso do rio Branco.
- c) As diferentes formas de relevo incluem planícies, depressões e planaltos, com as maiores altitudes distribuídas principalmente no sul do estado, onde também se concentram extensas áreas de pediplanos e serras fronteiriças.
- d) O relevo roraimense reúne planícies, depressões, pediplanos e áreas elevadas, assim, o Monte Roraima localiza-se no extremo oeste do estado, enquanto as serras do Parima e de Pacaraima predominam no setor leste, próximas ao vale do rio Tacutu.
- e) A diversidade do relevo estadual compreende planícies, depressões e planaltos, sendo as maiores elevações encontradas no centro do estado, ao passo que as porções norte e noroeste são caracterizadas principalmente por extensas superfícies rebaixadas.

28. Nos últimos anos, Roraima tem registrado expansão da produção de grãos, impulsionada pela incorporação de novas áreas agrícolas e pelo aumento do uso de tecnologias no campo. Esse processo tem alterado a dinâmica econômica de alguns municípios, ao mesmo tempo em que convive com formas tradicionais de produção rural.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A expansão da produção de grãos em Roraima ocorreu principalmente nas áreas de floresta densa do extremo norte, onde predominam pequenas propriedades familiares voltadas ao cultivo de soja e milho para subsistência.
- b) A expansão da produção de grãos em Roraima concentrou-se em municípios de relevo montanhoso, onde a elevada altitude favoreceu a mecanização e reduziu a necessidade de grandes áreas cultivadas.
- c) O crescimento da produção de grãos em Roraima está associado à ocupação de áreas de lavrado e à modernização de parte da agropecuária, especialmente em municípios como Alto Alegre, Bonfim e Boa Vista.
- d) O avanço das lavouras de grãos em Roraima levou à substituição da mandioca e da pecuária bovina em praticamente todo o estado, tornando essas atividades pouco representativas na economia rural.
- e) O desenvolvimento da produção de grãos em Roraima ocorreu de forma uniforme entre os municípios, sem concentração espacial e com reduzido uso de mecanização e tecnologias agrícolas.

29. O potencial mineral de Roraima está relacionado às características geológicas do Escudo das Guianas e tem influenciado a ocupação do território desde os ciclos de garimpo do século XX. Estudos do Serviço Geológico do Brasil (SGB) indicam a ocorrência de diversos recursos minerais estratégicos, embora parte significativa dessas áreas esteja inserida em regiões ambientalmente sensíveis ou em Terras Indígenas.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A mineração em Roraima concentra-se principalmente na exploração de minério de ferro e bauxita em grandes complexos industriais instalados na região de Boa Vista, com baixa participação do ouro e do diamante.
- b) As principais ocorrências minerais de Roraima localizam-se nas planícies do sul do estado e são compostas predominantemente por carvão mineral e petróleo, recursos que sustentam a maior parte da produção extrativa estadual.
- c) O potencial mineral roraimense está associado sobretudo à faixa litorânea do estado, onde predominam jazidas de sal-gema, fosfato marinho e minerais evaporíticos explorados em larga escala.
- d) A atividade mineral de Roraima restringe-se praticamente à extração de materiais para construção civil, como areia e brita, não havendo registros expressivos de metais preciosos ou minerais estratégicos.
- e) O cenário mineral de Roraima destaca-se pelas ocorrências de ouro e diamante, especialmente nas regiões norte e noroeste, além do potencial para cassiterita, fosfato e elementos de terras raras em diferentes áreas do estado, incluindo regiões como Surucucu e Caracaráí.

30. A rede hidrográfica de Roraima exerce papel fundamental na organização do território estadual, influenciando o abastecimento urbano, o transporte local, a pesca e a ocupação humana. Além disso, seus principais rios integram uma importante bacia hidrográfica da Amazônia.

Com base nas características da hidrografia de Roraima, assinale a alternativa correta.

- a) A drenagem do estado está organizada principalmente pela bacia do rio Branco, que recebe contribuições de afluentes como São Francisco, Jequitinhonha, Doce e Paraíba do Sul, desempenhando funções relevantes para o abastecimento, a pesca e a circulação regional.
- b) A drenagem do estado está organizada principalmente pela bacia do rio Branco, que recebe contribuições de afluentes como Araguaia, Xingu, Tapajós e Trombetas, desempenhando funções relevantes para o abastecimento, a pesca e a circulação regional.
- c) A drenagem do estado está organizada principalmente pela bacia do rio Branco, que recebe contribuições de afluentes como Juruá, Purus, Madeira e Javari, desempenhando funções relevantes para o abastecimento, a pesca e a circulação regional.
- d) A drenagem do estado está organizada principalmente pela bacia do rio Branco, que recebe contribuições de afluentes como Tocantins, Parnaíba, Gurupi e Itapecuru, desempenhando funções relevantes para o abastecimento, a pesca e a circulação regional.
- e) A drenagem do estado está organizada principalmente pela bacia do rio Branco, que recebe contribuições de afluentes como Uraricoera, Tacutu, Mucajaí e Catrimani, desempenhando funções relevantes para o abastecimento, a pesca e a circulação regional.

31. O regime de chuvas em Roraima apresenta características distintas em relação à maior parte da Amazônia brasileira, refletindo a atuação de sistemas atmosféricos equatoriais e a posição geográfica do estado.

Com base na dinâmica climática de Roraima, assinale a alternativa correta.

- a) A distribuição das chuvas em Roraima é influenciada principalmente pela atuação da Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que favorece a concentração das precipitações entre aproximadamente abril e setembro, especialmente nas porções de clima tropical do estado.
- b) A distribuição das chuvas em Roraima é influenciada principalmente pela atuação da Zona de Convergência do Atlântico Sul (ZCAS), que favorece a concentração das precipitações entre aproximadamente abril e setembro, especialmente nas porções de clima tropical do estado.
- c) A distribuição das chuvas em Roraima é influenciada principalmente pela atuação da Massa Polar Atlântica (mPa), que favorece a concentração das precipitações entre aproximadamente abril e setembro, especialmente nas porções de clima tropical do estado.
- d) A distribuição das chuvas em Roraima é influenciada principalmente pela atuação da Massa Tropical Atlântica (mTa), que favorece a concentração das precipitações entre aproximadamente abril e setembro, especialmente nas porções de clima tropical do estado.
- e) A distribuição das chuvas em Roraima é influenciada principalmente pela atuação dos sistemas frontais provenientes do Sul do Brasil, que favorecem a concentração das precipitações entre aproximadamente abril e setembro, especialmente nas porções de clima tropical do estado.

32. A indústria de Roraima apresenta características particulares quando comparada às unidades mais industrializadas do país, refletindo aspectos como a formação econômica do estado, seu mercado consumidor e sua posição geográfica na Amazônia.

Com base nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) A estrutura industrial roraimense concentra-se principalmente na metalurgia pesada, na fabricação de máquinas agrícolas e na produção de fertilizantes, atividades que se expandiram em função da mineração de larga escala.
- b) A estrutura industrial roraimense concentra-se principalmente na indústria automobilística, na montagem de equipamentos eletrônicos e na fabricação de bens duráveis, impulsionadas por incentivos fiscais semelhantes aos do Amazonas.
- c) A estrutura industrial roraimense concentra-se principalmente na indústria química, na produção de derivados de petróleo e na fabricação de insumos farmacêuticos, aproveitando a integração com mercados internacionais.
- d) A estrutura industrial roraimense concentra-se principalmente na construção civil, na produção de alimentos e bebidas, no beneficiamento de madeira, nos minerais não metálicos e nos serviços industriais de utilidade pública, atendendo sobretudo ao mercado regional.
- e) A estrutura industrial roraimense concentra-se principalmente na produção de aço, na transformação de alumínio e na fabricação de equipamentos de alta tecnologia, favorecidas pela proximidade com grandes jazidas minerais.

33. Nas últimas divulgações das Contas Regionais do IBGE, Roraima apresentou crescimento econômico acima da média nacional, alcançando um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente R\$ 25,1 bilhões em 2023. Apesar desse avanço, a estrutura econômica do estado preserva características históricas ligadas à sua ocupação recente, ao peso do setor público e à limitada industrialização.

Considerando esse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) O crescimento recente do PIB de Roraima reflete uma economia cuja principal base é a indústria de transformação de alta tecnologia, enquanto serviços e administração pública possuem participação secundária na geração de riqueza.
- b) O crescimento recente do PIB de Roraima decorre de uma estrutura econômica fortemente diversificada, na qual agropecuária, indústria e serviços apresentam participações semelhantes e distribuídas de maneira equilibrada.
- c) O crescimento recente do PIB de Roraima está associado à predominância da mineração e da siderurgia, setores que concentram a maior parcela do valor adicionado estadual e explicam a reduzida participação do comércio e dos serviços.
- d) O crescimento recente do PIB de Roraima ocorreu em um contexto no qual a economia estadual passou a depender quase exclusivamente do agronegócio exportador, reduzindo significativamente a importância do setor de serviços.
- e) O crescimento recente do PIB de Roraima está apoiado no setor de serviços, especialmente nas atividades ligadas à administração pública e ao comércio, ao mesmo tempo em que a agropecuária vem ampliando sua participação com a expansão da produção de grãos.

HISTÓRIA DE RORAIMA*Marco Túlio*

34. O Forte São Joaquim do Rio Branco, construído na confluência dos rios Uraricoera e Tacutu ao final do século XVIII, teve um importante papel

- a) na defesa do vale do rio Branco contra invasões francesas, fazendo com que as autoridades portuguesas perceberam a necessidade de conter o avanço inimigo pelo rio Negro em direção ao extremo norte da Amazônia.
- b) no desenvolvimento econômico da região, pois passou a conduzir as expedições de coleta de drogas do sertão e de fundação de novas fazendas reais que abasteciam o mercado de Belém e garantiam a autossuficiência da capitania.
- c) na catequização dos povos indígenas do vale do rio Branco, uma vez que seus militares garantiram proteção às missões conduzidas pelos padres jesuítas enviados de Portugal pelo Marquês de Pombal.
- d) na estruturação administrativa da Capitania de São José do Rio Negro, tornando-se sua sede após o desmembramento da região em relação ao Grão-Pará.
- e) na contenção das invasões espanholas e holandesas no vale do rio Branco, consolidando o princípio do *uti possidetis* e assegurando a posse portuguesa estabelecida pelo Tratado de Madri.

35. Considere uma notícia:

A população de Roraima cresceu 3,07% em um ano e chegou a 738.772 mil habitantes, segundo uma nova estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), divulgada nessa quinta-feira (28). O estado registrou o maior crescimento populacional do Brasil em 2025.

(Disponível em: www.g1.globo.com. Adaptado)

Um dos principais motivos para o crescimento populacional em Roraima é

- a) a expansão do garimpo de ouro e diamante na região serrana, que tem gerado grande oferta de empregos formais ligados à mineração sustentável e atraído trabalhadores qualificados de outros estados brasileiros.
- b) o alto investimento público em indústrias de base, como siderurgia e metalurgia, ampliando as oportunidades para mão de obra especializada e fixando jovens trabalhadores na capital Boa Vista.
- c) o intenso fluxo migratório de venezuelanos que cruzam a fronteira em busca de melhores condições de vida, favorecido pela política brasileira de acolhimento e interiorização adotada pelo governo federal.
- d) a substituição da pecuária extensiva pela agricultura familiar, que tem fixado a população jovem no meio rural a partir do acesso a novas tecnologias de produção e de crédito agrícola.
- e) a flexibilização das relações trabalhistas no setor extrativista, que garante maior dinamismo econômico e atrai migrantes nordestinos em busca de melhores oportunidades de renda na região.

36. A Revolta da Praia do Sangue foi um conflito ocorrido em 1790 no vale do rio Branco e

- a) teve entre seus líderes o tuxaua Parauijamari e contou com amplo apoio dos colonos portugueses insatisfeitos com a administração da Capitania do Rio Negro, que viam nos aldeamentos indígenas um obstáculo ao desenvolvimento da pecuária na região.
- b) eclodiu em razão dos abusos cometidos nos aldeamentos indígenas, sendo violentamente reprimida por uma expedição partida de Barcelos, que massacrou os revoltosos na Cachoeira de São Felipe, resultando na execução de seu líder e no encerramento da política portuguesa de aldeamento e catequese no vale do rio Branco.
- c) ocorreu logo após a expulsão dos missionários jesuítas pelo Marquês de Pombal, em defesa da manutenção das missões religiosas, uma vez que os indígenas dependiam dos padres para resistir aos abusos dos colonos e das tropas portuguesas estacionadas no Forte São Joaquim.
- d) defendia a expulsão dos portugueses do vale do rio Branco e a formação de uma aliança indígena com os holandeses estabelecidos na região, dado o grande descontentamento com a exploração da mão de obra nos aldeamentos e com os castigos físicos impostos pelos militares.
- e) se contrapôs às medidas do Diretório dos Índios, que reforçou o controle civil sobre os aldeamentos, e principalmente contra o recrutamento de indígenas para trabalhos forçados nas fazendas reais criadas por Lobo D'Almada no alto rio Branco.

37. A Questão do Pirara foi um prolongado litígio de fronteira que marcou a história territorial do atual Estado de Roraima e

- a) teve início no século XVII, quando Portugal e Holanda disputavam o controle do vale do rio Branco, sendo a Inglaterra incorporada ao conflito apenas após a Independência do Brasil, em razão da ocupação da Guiana Inglesa pelos britânicos.
- b) contou com a atuação do explorador Robert Schomburgk, que percorreu o vale do rio Branco a serviço da Coroa inglesa e propôs um traçado fronteiro que avançava sobre território brasileiro, utilizando também denúncias de maus-tratos aos indígenas como argumento legitimador das pretensões britânicas.
- c) foi resolvida favoravelmente ao Brasil graças à atuação de Joaquim Nabuco na arbitragem internacional, que comprovou a ilegalidade das demarcações inglesas e garantiu ao país a maior parte do território disputado na região do rio Pirara.
- d) envolveu a instalação de marcos ingleses nos rios Maú, Cotingo e Surumu, medida que foi aceita pelo governo brasileiro como solução provisória para o conflito, evitando o recurso à arbitragem internacional e preservando os interesses territoriais do Império.
- e) resultou em derrota diplomática para o Brasil, que recebeu a maior parte do território disputado, mas perdeu o acesso estratégico às bacias dos rios Orinoco e Essequibo, comprometendo sua capacidade de defesa da fronteira norte da Amazônia.

38. Antes da transformação de Roraima em Estado da Federação pela Constituição de 1988, o território passou por diferentes fases administrativas, entre as quais se destaca

- a) a criação do Território Federal do Rio Branco, no século XIX, quando o governo imperial, preocupado com as disputas de fronteira decorrentes da Questão do Pirara, decidiu separar a região do Estado do Amazonas e subordiná-la diretamente ao governo central.
- b) a nomeação de Lobo D'Almada como primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, em razão de seu amplo conhecimento da região, adquirido durante as expedições exploratórias que realizou no vale do rio Branco ao longo do século XVIII.
- c) a elaboração do Plano Quinquenal Territorial pelo governador Ene Garcez, que identificou o potencial mineral da região e recomendou a ênfase na industrialização da garimpagem como principal estratégia para o desenvolvimento econômico do novo território.
- d) a criação do Território Federal do Rio Branco por Getúlio Vargas em 1943, a partir do desmembramento do Estado do Amazonas, sendo seu primeiro governador o capitão Ene Garcez, que implantou o Plano Diretor de Boa Vista e a Colônia Fernando Costa, voltada ao abastecimento agrícola da capital.
- e) a adoção do nome Roraima para o território, de origem Yanomami e associada ao Monte Roraima, que ocorreu simultaneamente à sua transformação em Estado da Federação, encerrando o período em que era denominado Território Federal do Rio Branco.

39. A crise humanitária envolvendo o povo Yanomami, uma das mais graves emergências sociais e ambientais do Brasil no início do século XXI,

- a) teve origem na ausência de demarcação formal da Terra Indígena Yanomami, que permaneceu sem reconhecimento legal até 2023, quando o governo federal, diante da pressão internacional, homologou definitivamente a área e declarou emergência em saúde pública no território.
- b) foi resultado dos conflitos interétnicos entre os Yanomami e povos indígenas vizinhos, agravados pela omissão do Estado brasileiro, que se recusou a mediar os conflitos e retirar os grupos em situação de vulnerabilidade para áreas mais seguras.
- c) foi desencadeada pela construção de rodovias federais no interior da Terra Indígena, que facilitou o acesso de madeireiros e garimpeiros à região, provocando o deslocamento forçado de comunidades inteiras para as periferias de Boa Vista e Manaus.
- d) resultou da combinação entre a intensificação do garimpo ilegal no interior da Terra Indígena, a contaminação ambiental dele decorrente e a ausência de políticas públicas efetivas de saúde e proteção, que expôs as comunidades a doenças evitáveis, desnutrição e violência.
- e) esteve diretamente associada ao processo de demarcação da Terra Indígena Yanomami, que gerou conflitos fundiários com fazendeiros e produtores rurais da região e inviabilizou a prestação de serviços públicos essenciais às comunidades afetadas.

40. Recentemente Boa Vista ganhou um dos maiores parques urbanos da região Norte, um complexo turístico que foi inaugurado em 20 de dezembro de 2020. O local dispõe de vários atrativos: a maior Selvinha Amazônica de Boa Vista, com elementos da fauna e flora amazônica, o espelho d'água em formato de meia-lua, uma praia artificial e um pequeno cais para ancorar embarcações.

Adaptado de: GOVERNO DE RORAIMA. Roraima: um destino, mil roteiros. Disponível em: roraima.rr.gov.br/wp-content/uploads/2023/06/Revista_Turismo_Natureza_reduzida.pdf. Acesso em: 18 jun. 2026.

O texto descreve a seguinte atração turística:

- a) Parque do Rio Branco.
- b) Parque Nacional Canaima.
- c) Centro de Artesanato.
- d) Parque Anauá.
- e) Parque Nacional do Viruá.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

41. Joaniklébysson, vereador do Município de Pacaraima-RR, presenciou o prefeito municipal ordenando a realização de um ato administrativo ilegal, o qual pode gerar lesão aos cofres públicos municipais. Buscando vias judiciais para anular esse ato, procurou um advogado, que, à luz da Constituição, o aconselhou corretamente a ajuizar:

- a) ação civil pública
- b) *habeas corpus*
- c) ação popular
- d) mandado de segurança
- e) mandado de injunção

42. Considere que Sinforosa nasceu em Normandia-RR, quando seus pais, de nacionalidade venezuelana, lá se encontravam realizando turismo na região. Após alcançar a idade de 30 anos, Sinforosa deseja candidatar-se ao cargo de Governadora do Estado de Roraima. O pleito dela:

- a) é possível, pois, embora o cargo seja privativo de brasileiro nato, ela ostenta essa característica
- b) impossível, pois o cargo é privativo de brasileiro nato
- c) impossível, pois ela ainda não atingiu a idade mínima exigida para a elegibilidade ao cargo de governadora
- d) possível, embora o cargo não seja privativo de brasileiro nato
- e) possível, pois, embora Sinforosa seja brasileira naturalizada, o cargo pretendido não é privativo de brasileiro nato

43. É princípio que rege o Brasil nas suas relações internacionais, exceto:

- a) não intervenção
- b) repúdio ao terrorismo e ao racismo
- c) igualdade entre os estados
- d) prevalência dos direitos humanos
- e) concessão de asilo diplomático

44. Weskkleysson, Deputado Estadual muito atuante, membro da comissão de Constituição e Justiça, deseja instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) a fim de investigar possíveis desvios na gestão estadual da saúde. À luz da Constituição Federal:

- a) é indevida a instauração da CPI, já que esse instrumento só pode ser utilizado na esfera federal
- b) Weskkleysson precisa recolher a assinatura de 1/3 dos membros da Casa no requerimento de instauração da CPI
- c) é direito individual de Weskkleysson instaurar a comissão
- d) Como a CPI é uma espécie do gênero comissão permanente, Weskkleysson pode se candidatar à Presidência do Colegiado
- e) as CPIs podem ser instauradas na esfera estadual, mas não têm poderes de investigação

45. O controle externo das contas públicas estaduais:

- a) é realizado pelo Poder Judiciário
- b) é de titularidade do Poder Executivo, com o auxílio dos Tribunais de Contas
- c) é exercido pela Assembleia Legislativa, independentemente de auxílio
- d) é exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Ministério Público
- e) é exercido pela Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas

46. De acordo com a jurisprudência do STF acerca de lei complementar:

- a) dado que o quórum de aprovação de lei complementar é de maioria simples, admite-se a votação simbólica
- b) a lei complementar é hierarquicamente superior às leis ordinárias
- c) as leis complementares independem de sanção ou veto presidencial
- d) se uma lei complementar tratar de assunto a ela não reservada, será válida, mas com força de lei ordinária
- e) matéria de lei complementar pode ser objeto de medida provisória

47. NÃO É condição de elegibilidade:

- a) nacionalidade brasileira originária
- b) domicílio eleitoral na circunscrição
- c) idade mínima
- d) filiação partidária
- e) alistamento eleitoral

48. A vitaliciedade no cargo de juiz é adquirida, no primeiro grau de jurisdição:

- a) após 3 anos de efetivo exercício
- b) após 1 ano de efetivo exercício
- c) após 2 anos de efetivo exercício
- d) após 4 anos de efetivo exercício
- e) na data da posse

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

49. No que tange à organização administrativa e às entidades da Administração Indireta, analise as afirmativas a seguir.

- I. As autarquias são criadas por lei específica, possuem personalidade jurídica de direito público e patrimônio próprio, submetendo-se seus bens a regime jurídico público.
- II. As fundações públicas de direito privado são criadas por lei, sendo possível que se sujeitem ao regime de direito privado quanto à sua atividade-fim, mas ao direito privado em relação às suas contratações e admissões de pessoal.
- III. As empresas públicas e as sociedades de economia mista são necessariamente criadas por autorização legal, a qual deve ser específica, não se admitindo autorização legislativa genérica.

Está correto apenas o contido em

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) III

50. Acerca dos atos administrativos, é correto afirmar que

- a) o objeto do ato administrativo identifica-se com a finalidade do ato, de modo que o vício no objeto sempre implica desvio de finalidade.
- b) a motivação é elemento obrigatório em todos os atos administrativos, e sua ausência acarretará a nulidade do ato.
- c) os atos administrativos praticados por agentes de fato, embora irregulares quanto à investidura, podem produzir efeitos válidos em relação a terceiros de boa-fé, com fundamento na teoria da aparência.

d) o binômio conveniência e oportunidade, que fundamenta a discricionariedade administrativa, é imune a qualquer controle judicial.

e) os atos vinculados podem ser objeto de revogação, desde que pela própria Administração Pública, no seu exercício de autotutela

51. Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual 53/2001, assinale a infração disciplinar que não enseja a aplicação da penalidade de demissão ao servidor que a cometa:

- a) Revelar segredo que tenha se apropriado em razão do cargo.
- b) Exercer atividade que seja incompatível com o exercício do cargo.
- c) Proceder de forma desidiosa.
- d) atuar, como procurador ou intermediário, junto a repartições públicas, salvo quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro
- e) Praticar usura.

52. Com base na Lei nº 14.133/2021, analise as situações a seguir e assinale a alternativa que indica corretamente as hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

I. A contratação de serviços de advocacia especializada em determinada área do Direito, desde que o objeto seja predominantemente intelectual e o prestador seja notoriamente especializado, pode configurar hipótese de inexigibilidade de licitação.

II. A contratação emergencial decorrente de situação imprevisível que possa ocasionar prejuízo à continuidade de serviço essencial configura hipótese de dispensa de licitação.

III. A contratação direta por dispensa pode ser formalizada mediante simples ordem de serviço, dispensando outros procedimentos, por razões de racionalidade administrativa.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) III

53. No que diz respeito à possibilidade de o Estado responder por prejuízos causados por lei de efeitos concretos editada pela Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, sabe-se que:

- a) a Assembleia Legislativa deverá responder pelo referido prejuízo.
- b) o Estado de Roraima deverá responder pelo referido prejuízo.
- c) a responsabilidade civil do Estado nunca alcança sua atividade legislativa.
- d) o Estado somente irá responder caso reste declarada a inconstitucionalidade da lei por meio de controle concentrado de constitucionalidade.

e) o Deputado Estadual, relator da matéria, irá responder pelo referido prejuízo perante as vítimas.

54. Com base nas regras da Lei nº 14.133/2021 a respeito dos contratos administrativos, assinale a alternativa correta.

a) A Administração pode, a qualquer tempo, rescindir unilateralmente o contrato administrativo, sem indenização ao contratado, pois a rescisão é manifestação da supremacia do interesse público.

b) A alteração unilateral quantitativa do contrato pode ser feita pela Administração para acréscimos ou supressões de até 25% do valor inicial atualizado, sendo esse percentual de até 50% para supressões em contratos de reformas.

c) A aplicação de sanções ao contratado pelo descumprimento de obrigações contratuais é prerrogativa da Administração, que pode aplicá-las diretamente, após o devido processo administrativo.

d) A fiscalização e o acompanhamento da execução contratual são faculdades da Administração, podendo ser dispensados por ato motivado quando o objeto contratado for de baixo valor.

e) A ocupação provisória de bens e pessoal do contratado, na hipótese de paralisação ou falência, configura sanção contratual e não pode ser cumulada com outras penalidades previstas no contrato

55. Considere as seguintes afirmativas:

I – O controle externo a cargo dos Tribunais de Contas será exercido com o auxílio do poder legislativo de cada ente.

II – O controle realizado pelo Senado Federal quanto à escolha de autoridades pelo Presidente da República é manifestação de controle político e parlamentar direto.

III – Quando o Tribunal de Contas julga as contas dos responsáveis por dinheiros públicos, pode-se afirmar que está exercendo controle parlamentar indireto.

Sobre o controle da administração pública, está correto o que se afirma em:

- a) I e III, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) II, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) III, apenas.

56. Considerando as regras da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei 13.709/2018), assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Toda empresa estatal está legalmente obrigada a seguir as regras de tratamento de dados pessoais aplicáveis aos órgãos e demais entidades do Poder Público.
- b) O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer na hipótese de consentimento do responsável legal, de forma específica e destacada, para finalidades determinadas.
- c) O tratamento de dados pessoais sensíveis poderá ocorrer para proteção da vida de terceiro, mesmo sem consentimento do titular.
- d) a agência nacional poderá solicitar, a qualquer momento, aos órgãos públicos a realização de operações de tratamento de dados pessoais, bem como emitir parecer técnico complementar para garantir o cumprimento da referida Lei.

e) os dados pessoais custodiados pelo poder público deverão ser mantidos em formato interoperável e estruturado para o uso compartilhado.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Gabriela Zavadinack

57. Nos termos da Lei nº 4.320/1964, a Lei do Orçamento deverá conter a discriminação da receita e da despesa, de forma a evidenciar

- a) exclusivamente o montante total da arrecadação tributária, vedada a demonstração da despesa por programas de trabalho.
- b) a política econômico-financeira e o programa de trabalho do governo, obedecidos os princípios de unidade, universalidade e anualidade.
- c) apenas as despesas de capital, uma vez que as despesas correntes são objeto próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- d) as receitas e despesas apenas dos órgãos da Administração Direta, excluídas as entidades autárquicas e fundacionais.
- e) somente as despesas obrigatórias, pois as despesas discricionárias não integram a lei orçamentária.

58. Nos termos da Constituição Federal, as leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos Anuais. A esse respeito, é correto afirmar que

- a) Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.
- b) a Lei de Diretrizes Orçamentárias tem por finalidade estimar a receita e fixar a despesa para o exercício financeiro seguinte.
- c) a Lei Orçamentária Anual compreende apenas o orçamento fiscal e o da seguridade social, não abrangendo o orçamento da investimento, o qual está atrelado ao Plano Plurianual.
- d) o Plano Plurianual é lei de periodicidade anual, destinada a fixar as metas fiscais do exercício subsequente.
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias substitui a Lei Orçamentária Anual quando houver insuficiência de dotação.

59. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, além das funções previstas no texto constitucional, a Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá também sobre

- a) fixação da despesa pública para o exercício financeiro seguinte, sem necessidade de Lei Orçamentária Anual.
- b) autorização para abertura de créditos extraordinários, em situações de urgência ou imprevisibilidade.
- c) exclusão das despesas primárias do cálculo do resultado primário.
- d) criação de tributos federais, estaduais e municipais destinados ao financiamento de políticas públicas.
- e) normas relativas ao controle de custos dos programas financiados com recursos dos orçamentos.

60. Durante a elaboração da proposta orçamentária, determinado ente federativo classificou as seguintes receitas:

- I. receita decorrente da arrecadação de impostos;
- II. receita proveniente de valores mobiliários;
- III. receita obtida com a alienação de bens imóveis;
- IV. receita decorrente de operação de crédito;
- V. receita proveniente da amortização de empréstimos.

Nos termos da Lei nº 4.320/1964, classificam-se como receitas de capital apenas as indicadas em

- a) I, II e III.
- b) I, III e IV.
- c) II, III e V.
- d) III, IV e V.
- e) I, IV e V.

61. Na elaboração da proposta orçamentária de determinado ente público, a equipe técnica analisou a correta classificação econômica de algumas despesas, à luz da Lei nº 4.320/1964.

Nesse contexto, assinale a alternativa correta.

- a) As despesas destinadas à conservação e adaptação de bens imóveis classificam-se como despesas de capital, na modalidade investimentos.
- b) As dotações destinadas à aquisição de imóveis, ou de bens de capital já em utilização, classificam-se como inversões financeiras, espécie de despesa de capital.
- c) As transferências correntes correspondem a valores repassados a outras entidades, para que estas apliquem em obras públicas, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente.
- d) As transferências de capital são dotações destinadas à manutenção de outras entidades de direito público ou privado, inclusive subvenções sociais.
- e) A aquisição de títulos representativos do capital de empresas, quando a operação não importe aumento do capital, é classificada como investimento.

62. Durante a execução orçamentária, determinado órgão verifica que a dotação existente na Lei Orçamentária Anual é insuficiente para o atendimento de despesa já prevista. Nessa hipótese, nos termos da Lei nº 4.320/1964, o crédito adicional adequado será o

- a) crédito especial, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária já existente.
- b) crédito extraordinário, por se destinar a qualquer despesa pública surgida durante o exercício financeiro.
- c) crédito suplementar, por se destinar ao reforço de dotação orçamentária.
- d) crédito compensatório, por permitir a transposição de recursos sem autorização legislativa.
- e) crédito plurianual, por permitir a execução de despesas de capital em mais de um exercício.

63. Nos termos da Lei Complementar nº 101/2000, se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público deverão promover

- a) abertura automática de crédito extraordinário, independentemente de autorização legislativa.
- b) revisão automática do Plano Plurianual, com consequente aumento das receitas estimadas e redução linear de gastos.
- c) limitação de empenho e movimentação financeira das despesas discricionárias e obrigatórias de caráter continuado.
- d) limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- e) execução integral de todas as despesas previstas na LOA, em razão do princípio da universalidade.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Rodrigo Rennó

64. No âmbito da teoria democrática e dos mecanismos de controle do poder, a accountability pode manifestar-se sob diferentes formas, conforme a origem do controle exercido e os instrumentos utilizados para responsabilização dos agentes públicos. Entre essas modalidades, há aquela que se expressa diretamente pela atuação do corpo eleitoral, mediante voto, participação política e manifestação nas arenas democráticas.

Esse tipo de accountability é denominado:

- a) vertical.
- b) institucional.
- c) societal.
- d) horizontal.
- e) burocrática.

65. Determinada administração conta com expressivo apoio político e social, dispondo de condições favoráveis para sustentar-se no poder e aprovar sua agenda governamental. Não obstante, enfrenta dificuldades para transformar diretrizes e decisões em resultados concretos, em razão de limitações estruturais, organizacionais e operacionais presentes na máquina administrativa.

Nesse caso, a situação descrita revela:

- a) alta governança e baixa governabilidade.
- b) baixa governança e baixa governabilidade.
- c) alta governabilidade e baixa governança.
- d) alta governança e alta governabilidade.
- e) ausência simultânea de governança e legitimidade política.

66. Ao adotar uma abordagem orientada por processos, a organização pública desloca o foco da estrutura funcional tradicional para o encadeamento das atividades que produzem valor ao usuário, buscando integração entre áreas, racionalização de fluxos e definição clara de responsabilidades sobre o desempenho dos processos.

Nesse contexto, tal iniciativa mostra-se alinhada à gestão por processos porque busca:

- a) ampliar a especialização funcional dos agentes, com reforço da departamentalização vertical.
- b) concentrar a tomada de decisões nas unidades finalísticas, com redução da autonomia operacional das demais áreas.
- c) otimizar os fluxos de trabalho orientados à geração de valor para os usuários e para os resultados organizacionais.
- d) intensificar os controles hierárquicos como mecanismo central de coordenação e padronização das atividades.
- e) substituir a avaliação baseada em resultados por modelos centrados exclusivamente nas tarefas executadas.

67. A reengenharia organizacional consolidou-se como abordagem voltada à revisão profunda da forma de execução do trabalho, com vistas à obtenção de ganhos significativos de desempenho. Diferentemente de modelos baseados em aperfeiçoamentos graduais, essa perspectiva parte da premissa de que determinados processos devem ser repensados desde seus fundamentos.

Sob essa ótica, a reengenharia caracteriza-se por:

- a) promover melhorias incrementais e contínuas, sem alteração substancial dos processos vigentes.
- b) adotar mudanças radicais orientadas por processos, com vistas a melhorias expressivas de desempenho.
- c) concentrar-se na manutenção preventiva dos processos já estruturados pela organização.

- d) fortalecer a estrutura funcional tradicional, preservando a fragmentação das atividades.
- e) buscar, prioritariamente, a redução de custos operacionais, ainda que sem impacto sobre qualidade e velocidade.

68. Ao analisar a aplicação de técnicas gerenciais contemporâneas na Administração Pública, determinado dirigente sustentou que instrumentos como gestão por competências, gestão por processos e qualidade total não poderiam ser empregados no setor público, sob o argumento de que tais práticas teriam sido concebidas originalmente para organizações privadas.

À luz da moderna Administração Pública, essa afirmação é:

- a) correta, pois a Administração Pública somente pode utilizar instrumentos de gestão expressamente previstos em lei.
- b) correta, pois técnicas gerenciais oriundas do setor privado são incompatíveis com os princípios que regem a atuação administrativa.
- c) incorreta, pois técnicas modernas de gestão podem ser utilizadas tanto no setor público quanto no privado, observadas as especificidades de cada contexto.
- d) incorreta apenas no que se refere à gestão por competências, permanecendo inadequadas as demais ferramentas à Administração Pública.
- e) correta, pois a gestão pública, por sua natureza, permanece restrita a modelos burocráticos tradicionais.

69. A comparação entre gestão pública e gestão privada evidencia distinções relevantes quanto às finalidades institucionais, aos condicionamentos normativos e aos critérios de desempenho adotados. Não obstante, ambas podem compartilhar instrumentos e técnicas administrativas voltadas ao planejamento, à coordenação e ao controle das atividades organizacionais.

Considere:

- I. A Administração Pública orienta-se pela busca do interesse público.
- II. As empresas privadas, em regra, buscam a maximização da riqueza dos acionistas.
- III. Organizações públicas e privadas utilizam ferramentas administrativas, como planejamento e controle.
- IV. Técnicas de liderança e motivação são exclusivas das organizações privadas.

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e II.
- b) III e IV.
- c) II e IV.
- d) I, III e IV.
- e) I, II e III.

70. O governo eletrônico corresponde à utilização de tecnologias da informação e da comunicação para aprimorar a ação estatal, tanto na prestação de serviços quanto na ampliação da transparência, da eficiência administrativa e da interação entre Estado e sociedade. Não se limita, portanto, à simples informatização de rotinas internas.

Nesse contexto, constitui objetivo do governo eletrônico:

- a) restringir o acesso dos cidadãos às informações produzidas pela Administração, em nome da segurança institucional.

- b) substituir integralmente as formas presenciais de atendimento, independentemente do perfil dos usuários.
- c) ampliar a participação cidadã e fortalecer a transparência da atuação governamental.
- d) concentrar a prestação dos serviços públicos exclusivamente em plataformas digitais.
- e) reduzir os mecanismos de accountability, em favor de maior discricionariedade administrativa.

NOÇÕES DE PROCESSO LEGISLATIVO

Emerson Douglas

71. Em relação à repartição de competências entre os entes federados, prevista nos arts. 21 a 24 da Constituição Federal, analise cada assertiva e identifique a única certa.

- a) Embora seja competência material exclusiva da União declarar a guerra, caso uma potência estrangeira invadisse o Rio Grande do Norte, caberia a esse estado declarar a guerra. Posteriormente, a União poderia ratificar esse ato potiguar.
- b) Compete à União organizar e manter o Poder Judiciário e o Ministério Público do Distrito Federal. No entanto, a Defensoria Pública do Distrito Federal será organizada e mantida pelo próprio DF.
- c) A seguridade social é matéria que a União legisla de forma privativa. Assim como, por consequência, a previdência social e a proteção e defesa da saúde.
- d) É competência material exclusiva da União zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.
- e) Os procedimentos em matéria processual, assim como o direito processual, são matérias de competência legislativa concorrente entre a União e os 26 estados da federação.

72. No que concerne ao processo legislativo federal, plasmado nos arts. 59 a 69, CF, analise cada alternativa e encontre a única correta.

- a) O As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta. Dessa forma, no âmbito do Senado, se estiverem presentes 60 senadores, serão necessários 31 votos “sim” para aprovar certo projeto de lei complementar.
- b) Para a edição de lei delegada, a delegação ao Presidente da República terá a forma de decreto legislativo do Congresso Nacional, que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício.
- c) A matéria constante de projeto de lei rejeitado pelo Senado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos senadores.
- d) Nos casos de sanção tácita e de veto não mantido, caberá ao chefe do Poder Executivo, em regra, promulgar a lei. Caso não o faça em até 48 horas, competirá ao presidente do Senado. Não havendo, caberá ao vice-presidente do Senado a promulgação dessa lei.
- e) Não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos sobre organização dos serviços administrativos do Tribunal de Contas da União. No entanto, a Constituição Federal estabelece algumas exceções a essa regra.

73. Embora o processo legislativo federal deva, em regra, ser seguido pelos demais entes federados, conforme o princípio da simetria, as constituições estaduais possuem algumas previsões peculiares. No que concerne especificamente à Constituição do Estado de Roraima (CE-RR), nos itens seguintes, verifique quais espécies normativas são expressamente previstas na CE-RR. Em seguida, marque a alternativa que consigne os itens corretamente.

I – Medidas Provisórias;

II – Leis Delegadas;

III – Decretos Legislativos.

Estão corretos somente os itens:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) I e III.
- d) III.
- e) I, II e III.

74. A respeito da Constituição do Estado de Roraima (CE-RR) e seu processo legislativo estabelecido do art. 38 ao 44, analise cada assertiva e depois marque a única correta.

- a) A Constituição (CE-RR) poderá ser emendada mediante proposta de mais da metade das Câmaras Municipais do Estado, manifestando-se cada uma delas pela maioria relativa. Dessa forma, se forem 15 os municípios de Roraima, teriam de ser ao menos oito câmaras na autoria da proposta.
- b) Considere que Roraima possui 500 mil eleitores. Desse modo, como requisito essencial, a iniciativa popular de proposta de emenda à CE-RR deverá ter, no mínimo, a assinatura de 50 mil eleitores.
- c) O Governador do Estado é legitimado a propor emenda à CE-RR. Mas ela não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.
- d) Uma proposta de emenda à CE-RR será discutida e votada em dois turnos, considerando-se aprovada quando obtiver em ambas as votações, o voto favorável de três quintos dos membros presentes da Assembleia Legislativa.
- e) A matéria constante de proposta de emenda à CE-RR rejeitada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma legislatura. Ou seja, a matéria X rejeitada em 2025 só poderia ser objeto de nova proposta a partir de 2027.

**NOÇÕES DE LEGÍSTICA - LEI
COMPLEMENTAR Nº 95/1998 E DECRETO Nº
12.002/2024**

Elder Loureiro

75. A Procuradoria de determinado Estado foi instada a revisar projeto de lei que instituía programa de modernização administrativa. Ao examinar a minuta, verificou que o texto também disciplinava matéria ambiental sem relação de afinidade, pertinência ou conexão com o tema central; previa cláusula de vigência imediata, apesar de grande repercussão prática; e encerrava-se com a fórmula “revogam-se as disposições em contrário”. À luz da Lei Complementar nº 95/1998, é correto afirmar que:

- a) a inclusão de matéria ambiental é válida, desde que o primeiro artigo da lei indique de forma ampla o objeto do diploma normativo.
- b) a cláusula “entra em vigor na data de sua publicação” é adequada para qualquer lei, pois a vigência imediata é a regra geral de técnica legislativa.
- c) havendo período de vacância, a contagem do prazo deve excluir a data da publicação e incluir apenas o último dia do prazo.
- d) a cláusula de revogação genérica é suficiente, pois a enumeração expressa dos dispositivos revogados é mera faculdade do legislador.
- e) a lei, excetuadas as codificações, deve tratar de um único objeto e não conter matéria estranha a ele ou sem vínculo de afinidade, pertinência ou conexão

76. Um Ministério pretende editar uma resolução normativa para disciplinar procedimentos internos relativos a determinado programa público. Durante a revisão da minuta, a equipe técnica identificou algumas propostas de redação e formatação. À luz do Decreto nº 12.002/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A minuta poderá utilizar a expressão “e/ou”, quando a equipe entender que determinada

hipótese pode ter sentido cumulativo ou alternativo.

- b) A minuta deve evitar remissões encadeadas e não deve utilizar expressões como “anterior”, “seguinte” ou equivalentes para fazer remissões a outros dispositivos.
- c) A minuta poderá conter dispositivo com relação de conceitos, sempre que a equipe técnica entender que isso facilita a compreensão do ato normativo.
- d) A minuta poderá empregar palavras estrangeiras sempre que forem consagradas no setor administrativo responsável pela edição do ato, ainda que exista termo equivalente em língua portuguesa.
- e) A minuta deverá expressar ideias repetidas ao longo do texto por meio de palavras diferentes, a fim de evitar repetição vocabular excessiva

77. A assessoria jurídica de determinada autarquia federal recebeu minuta de instrução normativa destinada a disciplinar procedimentos administrativos internos. Ao revisar a articulação do texto, um servidor apontou dúvidas sobre a forma correta de estruturar artigos, parágrafos, incisos e alíneas. À luz do Decreto nº 12.002/2024, assinale a alternativa correta.

- a) A unidade básica de articulação do ato normativo é o inciso, que poderá se desdobrar em alíneas.
- b) O nono artigo da minuta deverá ser indicado como “Art. 9.”, pois a numeração cardinal acompanhada de ponto é usada em todos os artigos.
- c) Havendo apenas um parágrafo no artigo, ele deverá ser indicado pelo símbolo “§”, seguido da numeração ordinal correspondente.
- d) Os incisos serão indicados por algarismos romanos seguidos de hífen, separado do algarismo e do texto por um espaço em branco.
- e) As alíneas serão indicadas por letras maiúsculas, em ordem alfabética, acompanhadas de parêntese e separadas do texto por dois espaços em branco

NOÇÕES DE LEGÍSTICA - DECRETO-LEI Nº 4.657, DE 4 DE SETEMBRO DE 1942 (LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO). DECRETO-LEI Nº 9.830, DE 10 DE JUNHO DE 2019

Paulo Sousa

78. A Lei estadual nº X foi oficialmente publicada sem cláusula expressa de vigência. Antes de iniciada a sua vigência, houve nova publicação de seu texto, destinada apenas à correção de erro constante da redação original.

Nessa situação, à luz da LINDB, a referida lei

- a) entrará em vigor na data da primeira publicação, pois a correção posterior não interfere na *vacatio legis*.
- b) entrará em vigor imediatamente após a republicação, por se tratar de mera correção formal.
- c) terá novo prazo de vigência contado da republicação.
- d) somente produzirá efeitos após expressa regulamentação administrativa.
- e) terá vigência suspensa até que outra lei confirme a correção realizada.

79. A Lei Alfa revogou expressamente a Lei Beta. Posteriormente, a Lei Gama revogou integralmente a Lei Alfa, sem fazer qualquer referência à Lei Beta.

Nessa situação, de acordo com a LINDB, a Lei Beta

- a) volta automaticamente a vigorar, pois desapareceu a lei que a revogava.
- b) não volta a vigorar, salvo se a Lei Gama assim dispuser.
- c) volta a vigorar apenas se for compatível com a Lei Gama.
- d) passa a ser aplicável por analogia aos fatos futuros.
- e) volta a vigorar se sua revogação anterior tiver sido total.

80. A Lei federal nº Y foi oficialmente publicada sem cláusula expressa de vigência. A norma tem aplicação no território nacional e, quando admitida, também em Estados estrangeiros.

Nessa situação, conforme a LINDB, a obrigatoriedade da referida lei terá início

- a) no Brasil e no exterior, simultaneamente, quarenta e cinco dias após a publicação oficial.
- b) no Brasil, na data da publicação; no exterior, noventa dias depois da publicação oficial.
- c) no Brasil, no primeiro dia útil seguinte à publicação; no exterior, três meses depois.
- d) no Brasil, em quarenta e cinco dias; no exterior, em três meses.
- e) no Brasil, trinta dias depois da publicação; no exterior, apenas após ato diplomático.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
